



Não concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português indígena falado pelo povo Karipuna do Amapá

Romário Duarte Sanches¹
Celeste Maria da Rocha Ribeiro²

RESUMO:

O artigo analisa a não concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português falado por indígenas do povo Karipuna do Amapá. Trata-se de uma pesquisa variacionista, tendo como base os estudos sociolinguísticos sobre o português brasileiro (GRACIOSA, 1991; SCHERRE; NARO, 1997; BORTONI-RICARDO, 2008; VIEIRA, 2018 etc.). A metodologia da pesquisa segue os pressupostos da sociolinguística que possibilita o controle de variáveis linguísticas (saliência fônica, paralelismo oracional, posição do sujeito e tempo verbal) e extralinguísticas (sexo, faixa etária e o português usado como L1 ou L2). O *corpus* de análise é composto por 30 narrativas orais de curta duração. Em relação ao aspecto extralinguístico, os resultados mostram que a não marcação da concordância verbal apresentou maior índice na fala de homens, com perfil acima 50 anos e na fala de indígenas que possuem o português como L2. Sobre o aspecto linguístico, houve maior índice em verbos mais salientes, em verbos no pretérito do indicativo, na presença de sujeitos sem marcas explícitas de plural e em sentenças em que o sujeito está anteposto ao verbo sem elemento.

PALAVRA-CHAVE:

Concordância verbal;
Português indígena;
Karipuna do Amapá.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal do Amapá – UINFAP e Universidade do Estado do Amapá – UEAP. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0571-303X>. E-mail: romariodsanches@gmail.com

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Amapá – UINFAP. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4934-515X>. E-mail: celribeiro042002@gmail.com

1 Introdução

A descrição do português brasileiro - PB tem sido bastante evidenciada nas três últimas décadas (1990-2020), sobretudo após a consolidação dos Programas de Pós-graduação em Letras, Linguística e em Ciências da Linguagem. Em partes, os estudos descritivos sobre o PB têm servido de apoio para confirmar as diferenças dialetais entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal. Além disso, linguistas e gramáticos baseiam-se nesses estudos para subsidiar a construção de gramáticas de uso do português, buscando auxiliar pesquisadores e professores de Língua Portuguesa no que se refere ao tratamento dado ao ensino de gramática na escola.

Essa gama de estudos descritivos do PB apresenta em suas bases teórico-metodológicas diferentes perspectivas linguísticas (Estruturalista, Funcionalista ou Gerativista). No viés funcionalista, podemos citar as pesquisas de cunho variacionista no Brasil, com foco na descrição de normas linguísticas. Foi a partir da década de 1970 que linguistas brasileiros começaram a investigar regras de uso que condicionam determinados fenômenos linguísticos, como é o caso da marcação de concordância verbal no PB.

A respeito desse fenômeno linguístico, temos as pesquisas de Lemle e Naro (1977) Nina (1980), Naro (1981), Guy (1981), Bortoni-Ricardo (1981; 1985; 2008), Graciosa (1991), Vieira (1995), Scherre e Naro (1997, 1998), Vieira (2018) e entre outros que mostram como a concordância verbal pode indicar traços de diferenciação social entre os falantes. Em geral, conforme os referidos estudos, a realização desse tipo de concordância tende a ocorrer de modo frequente na fala de grupos escolarizados, já a sua não realização tende a ocorrer na fala de pessoas não escolarizadas ou com baixo grau de instrução escolar.

Os estudos variacionistas no Brasil direcionam-se, em sua maioria, à descrição do português vernacular falado em áreas urbanas e rurais, considerando, prioritariamente, falantes não-indígenas. Um dos principais objetivos desses estudos é identificar normas do português (popular, padrão, urbano, rural, rurbano etc.), no entanto, observa-se certa carência de pesquisas variacionistas, cujo foco contemple a descrição de normas do português como L2, tal qual aquele falado por indígenas em território brasileiro, principalmente, a variedade usada pelos indígenas, no Amapá.

Desse modo, como forma de identificar as variáveis linguísticas e extralinguísticas implicadas no uso da variação morfossintática no português indígena, este artigo investiga a não marcação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no

português falado pelo povo indígena Karipuna do Amapá, a partir de dados orais coletados para Tese de Doutorado de Sanches (2020).

O artigo encontra-se dividido em três seções: a primeira compreende o referencial teórico adotado, a segunda apresenta a metodologia da pesquisa e, por fim, a última seção mostra os resultados da encontrados.

2 Concordância verbal no Português Brasileiro

A marcação de concordância verbal no PB tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores, principalmente aqueles que se utilizam dos postulados da Sociolinguística laboviana. Para Scherre (1998), esse tipo de abordagem é mais adequado do que o levantamento de percentual, pois investigar dados linguísticos a partir de análise estatística possibilita qualificar a influência relativa de cada variável, isto é, atribuem-se pesos probabilísticos junto aos diversos fatores que estão condicionados às variáveis estudadas.

Em uma abordagem tradicional de língua, a regra para concordância verbal diz que o verbo deve se conformar ao número e à pessoa do sujeito. Portanto, a concordância verbal é entendida como um fato morfossintático, em que a relação entre verbo e sujeito se concretiza por meio das desinências verbais de natureza número-pessoal (cf. VIEIRA, 2018, p. 86).

Oposto a isto, os estudos sociolinguísticos têm revelado que a concordância verbal constitui uma regra variável, ou seja, a concordância pode ser concretizada ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística ou extralinguística.

A primeira pesquisa no Brasil sobre a concordância verbal, que se tem registro, é a de Lemle e Naro (1977). Já na década de 1990, com os trabalhos de Graciosa (1991) e Vieira (1995), observamos um número mais expressivo de estudos nessa linha de investigação.

Na pesquisa de Lemle e Naro (1977), por exemplo, foram constatadas que algumas formas verbais tendem a rejeitar a concordância do verbo com o sujeito. Nesse sentido, na fala de analfabetos cariocas, as variáveis que se mostraram mais relevantes para o condicionamento da concordância verbal foram de caráter morfológico e posicional. No que se refere ao aspecto morfológico, a hipótese levantada por eles é de que quanto menos saliente for a diferença entre singular e plural, mais provável será a falta de concordância. Já o aspecto posicional mostra que a categoria desfavorecedora da concordância verbal é aquela em que o sujeito segue ao seu verbo, ou seja, a menos saliente.

A pesquisa de Graciosa (1991) aborda o mesmo fenômeno de concordância, mas produzido por falantes cariocas escolarizados. Neste estudo, os dados evidenciam uma elevada marca de concordância verbal, além da influência de fatores

condicionados à ordenação dos argumentos do verbo, distância entre o núcleo do sintagma nominal e o verbo e o paralelismo formal das sequências verbais do discurso.

Já o trabalho de Vieira (1995), sobre concordância verbal na fala de cariocas analfabetos e semianalfabetos, mostrou que houve uma alta produtividade do cancelamento da marca de número, em verbos de 3ª pessoa do plural, condicionada por fatores de ordem linguística, como a saliência fônica, o paralelismo nos níveis oracional e discursivo e a posição do sujeito em relação ao verbo; e também de ordem extralinguística, a exemplo do baixo nível de escolaridade.

Outros estudos relevantes são o de Bortoni-Ricardo (1985), em Brasília, e de Lucchesi (2015), em Salvador. Bortoni-Ricardo (1985) examinou uma amostra de 33 entrevistas com migrantes rurais com pouca ou nenhuma escolaridade de uma cidade de Brasília, como resultado ela constatou 56% (685/1224) de aplicação da regra de concordância. Os grupos de fatores significativos nessa pesquisa foram: a posição do acento, a posição do sujeito, a variável sexo (os homens tiveram 66% e as mulheres, 42%) e a variável idade dos colaboradores (os jovens apresentaram 82% e os adultos, 48%), indicando maior integração dos jovens à cultura urbana.

Na pesquisa de Lucchesi (2015), o autor apresenta uma análise quantitativa sobre o uso da regra de concordância verbal junto à terceira pessoa do plural do português falado em Salvador-BA, por informantes com pouca ou nenhuma escolaridade, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista. Os resultados revelam uma maior frequência para não marcação da concordância verbal, condicionada mais por fatores linguísticos do que fatores sociais. A diferença morfofonológica entre a forma verbal flexionada e não flexionada revelou-se um fator preponderante na aplicação da regra. Os resultados quantitativos também confirmam a relação entre a forma do último constituinte do sintagma nominal - SN sujeito e a aplicação da regra de concordância verbal. O autor também constatou que a marcação de plural no constituinte do SN que antecede imediatamente o verbo tende a favorecer a concordância.

Além dessas pesquisas elencadas aqui, é possível encontrar outros estudos sobre a concordância verbal no PB falado por não-indígenas como o de Zilles, Maya e Silva (2000), Scherre e Naro (2006), Baxter (2009), Brandão e Vieira (2012), Rubio (2012), Benfica (2016) etc. Contudo, quando passamos a investigar esse mesmo fenômeno no português falado como L2 no Brasil por indígenas, o número de trabalhos é bem reduzido e tem recebido uma menor atenção da comunidade acadêmica.

No conjunto desses estudos, concordamos com a assertiva de Vieira (2018) de que a presença de marca de número na forma verbal não é categórica em nenhuma variedade do português brasileiro. No entanto, fica o questionamento, qual é a regra de uso quando se trata do português indígena?

Com base nessa pergunta, talvez não seja possível falar de uma regra específica e comum à estrutura do português indígena, mas sim de regras de uso comuns às

comunidades indígenas específicas. Segundo Maher (1996), o correto seria falar de regras de uso do português Apurinã, do português Kaxinawá, do português Shawãdawa etc., tendo em vista que cada língua tem suas especificidades e isso pode influenciar, via contato, a estrutura do português em aquisição.

Assim, apesar dos poucos registros de pesquisas sobre concordância verbal no português falado por indígenas, podemos citar o estudo de Christino e Silva (2012) e Calazans (2018). O primeiro trata da concordância verbal e nominal no português escrito por professores indígenas Kaingang, em que as autoras constatarem o uso de várias estratégias de marcação (ou não) da concordância verbal e nominal. No interior do sintagma, por exemplo, os indígenas tendem a marcar o plural no elemento mais à esquerda do sintagma e a não marcar o plural no elemento mais à direita do sintagma nominal.

O estudo de Calazans (2018) analisa a realização explícita da concordância verbal na 3ª pessoa do plural no português falado pelo povo Guarani do Espírito Santo. Os resultados encontrados mostram que há marcas explícitas da concordância de 3ª pessoa do plural devido à proximidade com os não-indígenas e que os mesmos condicionantes que atuam na variação da concordância verbal no PB como L1 também regulam a concordância verbal no português Guarani, sendo a saliência fônica a variável mais relevante. Em relação às variáveis sociais, a autora constatou que a variável sexo se sobrepôs às demais e que essa situação pode indicar que os homens têm se encontrado em um estágio aquisitivo mais avançado que as mulheres, devido aos papéis sociais que ambos desempenham na organização social do povo Guarani.

3 Metodologia da pesquisa

O viés metodológico empregado nesta pesquisa segue os princípios da Sociolinguística com controle de variáveis linguísticas e extralinguísticas. A seguir, apresentamos o povo indígena estudado, a caracterização e o tratamento do *corpus* e os fatores linguísticos e extralinguísticos consideradas neste estudo.

Povo indígena Karipuna do Amapá

O povo Karipuna do Amapá está localizado na região fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, especificamente em três Terras Indígenas (TI) da região do Oiapoque-AP: TI Uacá, TI Galibi e TI Juminã. Nelas habitam, além dos Karipuna, os Palikur, os Galibi-Marworno e os Galibi Kalí' nã.

De acordo com Sanches (2020), a população Karipuna soma mais de 2.000 indígenas distribuídos em 22 aldeias: Manga, Espírito Santo, Santa Isabel, Açaizal, Kunaná, Ariramba, Taminã, Estrela, Ahumã, Cutiti/Jõdef, Curipi, Japiim, Piquiá, Kariá, Txibidon, Paxiubal, Benoá, Zacarias, Bastion, Encruzo, Pakapuá e Igarapé da Onça.

Destaca-se que há comunidades de fácil acesso que estão a margem da BR156, que liga Macapá à Oiapoque, como a aldeia Estrela, Ahumã e Curipi. Assim como há aldeias de difícil acesso, como as aldeias Açaizal, Kunanã e Ariramba e outras, que só é possível chegar por meio de transporte fluvial.

A memória dos Karipuna recorda uma “língua dos antigos” falada por seus antepassados até o início do século XX. Segundo Vidal e Giannini (2005), as poucas palavras lembradas e coletadas na década de 1990 remetem ao Nheengatu ou Língua Geral Amazônica.

Atualmente, os Karipuna falam o português e o kheuól, esta é considerada uma língua crioula de base francesa, usada como L1 nas aldeias Espírito Santo e Açaizal. Nas demais é visível o seu uso como L2, e o português como L1. Além dos Karipuna, o kheuól também é utilizado pelo povo Galibi-Marworno como L1 e pelo povo Palikur como língua franca.

Caracterização e tratamento do corpus

O *corpus* desta pesquisa faz parte do banco de dados do trabalho de Sanches (2020). Assim, selecionamos 30 narrativas orais em português provenientes de 30 colaboradores indígenas, entrevistados nas comunidades do povo Karipuna do Amapá. Cada narrativa possui em média de 5 a 10min de duração, totalizando cerca 5h de gravação. A coleta de dados foi realizada entre 2017-2018, sob anuência e autorização da Fundação Nacional do Índio e do Conselho de Caciques do Oiapoque.

Para o tratamento dos dados, utilizamos a contagem de valor percentual conforme o número de ocorrências do fenômeno encontrado no *corpus* em análise, isto é, a não marcação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural. A análise do número de ocorrências possibilitou visualizar o percentual para cada variável extralinguística e linguística, mostrando os condicionantes à variação morfossintática no que diz respeito à não realização da concordância verbal no português Karipuna. Ressaltamos que não foi possível utilizar, nesse primeiro momento, o Programa estatístico Goldvarb, tendo em vista a baixa quantidade de dados gerados para certas variáveis, podendo resultar em *nocautes*³.

Variáveis extralinguísticas e linguísticas

No que se refere às variáveis extralinguísticas, consideramos o sexo, a faixa etária e o português usado como L1 ou L2. Ressalta-se que a escolaridade não foi

³ Conforme Guy e Zilles (2007, p. 158) um nocaute, na terminologia de análise do Varbrul, é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.

controlada para esta pesquisa, mas pretendemos inseri-la em análise posterior, utilizando o programa Golbvard X.

Para a variável sexo consideramos dois grupos, homens e mulheres, cada grupo com 15 colaboradores. Isso foi feito também para a variável faixa etária, grupo I, com indígenas de 18 a 30 anos e o grupo II com indígenas com idade superior a 50 anos. Sobre os informantes entre 30 a 40 anos, estes não foram considerados em decorrência da metodologia geolinguística predefinida no trabalho de Sanches (2020), que não contemplava a referida faixa etária.

A variável aquisição do português também envolve dois grupos. O grupo L1 referente aos indígenas que possuem o português como primeira língua e o grupo L2 com os indígenas que têm o português como segunda língua. O critério para identificação do português como L1 e L2 ocorreu por meio de aplicação de questionário em que os indígenas autodeclaravam a língua materna e a segunda língua, como mostra o trecho da entrevista abaixo:

Doc.: Agora me diz uma coisa, qual língua você aprendeu primeiro e qual língua você aprendeu depois?

Inf.: Eh... eu aprendi primeiro o Kheuól em casa, com a minha mãe. Depois eu aprendi o português na escola com a professora.

Por fim, no que tange às variáveis linguísticas, consideramos a saliência fônica, o paralelismo oracional, a posição do sujeito e o tempo verbal.

3 Apresentação dos resultados

Os resultados apresentados aqui correspondem a não marcação de concordância verbal – CV referente a terceira pessoa do plural – 3PP. São dados do português falado extraídos de 30 narrativas curtas de indígenas Karipuna. Inicialmente, analisamos as variáveis extralinguísticas que tendem a condicionar a não realização de CV de 3PP, ou seja, as variáveis sexo, faixa etária e aquisição do português como L1 ou L2; e em seguida, analisamos as variáveis linguísticas como a saliência fônica, o tempo verbal, o paralelismo oracional e a posição do sujeito.

Apesar de o foco ser a não marcação de concordância verbal, é importante ressaltar que, no levantamento geral dos dados coletados, constatamos que 85% (1204/1.419) dos falantes indígenas neste estudo apresentam marcação de CV e apenas 15% (215/1.419) não apresentam esse tipo de marcação.

Tratando-se de comunidades indígenas no entorno da cidade de Oiapoque, os dados analisados, em sua maioria, apresentam um número elevado de marcação de concordância verbal. Esse número pode ser explicado em decorrência da forte presença do português urbano na área indígena, sobretudo em relação à marcação

explícita de CV em sintagmas que apresentam fatores de ordem linguística⁴ como a saliência fônica, o paralelismo nos níveis oracional e discursivo e a posição do sujeito em relação ao verbo, conforme mostram os exemplos abaixo:

HIL1⁵: Eles **falaram** que a gente, os Karipuna, **é** de origem dos Tupi-Guarani (marcação explícita de CV)

HIIL2: Eles **vão** me pagar (marcação explícita de CV)

MIL2: Os mais velhos **falavam** que a gente não **precisava** (marcação explícita de CV)

Com isso, a marcação de concordância verbal no português Karipuna tende a seguir, em partes, os mesmos resultados evidenciados em pesquisas anteriores para o português L1 tanto em relação aos aspectos linguísticos como extralinguísticos (LEMLE; NARO, 1977; NARO, 1981; SCHERRE; NARO, 1997, 1998, 2006; VIEIRA, 1997; SILVA, 2005; LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009 etc.).

Considerando que o foco deste trabalho é a não marcação, na próxima subseção, apresentamos a análise das variáveis extralinguísticas em sentenças em que não ocorre a CV de 3PP, de forma a conhecer melhor a atuação e o condicionamento das variáveis sobre esse fenômeno.

Variáveis extralinguísticas

As variáveis extralinguísticas controladas nesta pesquisa são: sexo, faixa etária e aquisição do português como L1 ou L2. O objetivo é verificar se há influência de fatores externos à língua, condicionando a não realização de CV de terceira pessoa do plural no português falado pelos Karipuna.

A respeito da variável sexo, nossa análise aponta o seguinte:

Tabela 1 - Não marcação de CV – variável sexo

	Masculino	Feminino
Não marcação de CV	54% (47/86)	46% (39/86)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 1 apresenta que houve 54% (47/86) de não marcação de CV de 3PP na fala de colaboradores do sexo masculino e 46% (39/86) na fala de colaboradores do sexo feminino, indicando, assim, uma leve tendência da não marcação na fala de homens. Abaixo seguem alguns exemplos para ilustrar tal ocorrência.

HIIL1: E se eles **fico** lá **tinho** sido devorado pelo bicho (homem)

⁴ Vale ressaltar que embora ocorra variação também em ordem indireta, a maior presença de variação na fala dos indígenas Karipuna encontra-se em ordem direta SVC.

⁵H: homem, M: mulher, I: 18-30 anos, II: acima de 50 anos, L1: Português como L1 e L2: Português como L2.

HIL1: Eles **incentivo** muito (homem)

HIL2: Eles **pegaro** e atravessaram pra esse lado (homem)

Esse resultado segue o padrão postulado por Labov (2008), de que as mulheres são mais suscetíveis ao uso da norma prestigiada do que os homens. No entanto, Paiva (2010) explica que esse padrão pode mudar dependendo da organização social da comunidade de fala, ou seja, dos papéis sociais desempenhados por falantes homens e mulheres.

Sobre a variável faixa etária, controlamos dois grupos, um com faixa etária entre 18 a 30 anos (Geração 1) e outro com faixa etária acima de 50 anos (Geração 2).

Tabela 2 - Não marcação de CV – variável faixa etária

	Geração 1 (18-30 anos)	Geração 2 (acima de 50 anos)
Não marcação de CV	54% (47/86)	46% (39/86)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados na tabela 2 mostram que na Geração 1 a não marcação de CV ocorreu com 37% (32/86) de frequência e na Geração 2 essa porcentagem aumenta, consideravelmente, para 63% (54/86).

Como se trata de um estudo realizado em comunidades indígenas, esse resultado pode ser explicado pelas relações sociais estabelecidas entre a Geração 1 e os grupos de fora de suas comunidades, além do fator escolaridade, tendo em vista que somente a aldeia Manga oferece o ensino fundamental e o ensino médio, as demais aldeias oferecem apenas o ensino fundamental I ou II. Essa situação favorece o deslocamento dos jovens das aldeias para a cidade de Oiapoque, a fim de concluir o Ensino Médio. Em relação ao perfil da Geração 2, em sua maioria, são indígenas que não concluíram o Ensino Fundamental (cf. SANCHES, 2019). Com isso, levantamos como hipótese que a variável escolaridade pode estar condicionando esse resultado. Seguem alguns exemplos:

MIL2: Só **veio** três família (Geração II: acima de 50 anos)

HIL1: Aí eles **corrio, corrio, corrio** (Geração II: acima de 50 anos)

HIL1: Vários **dizia** a mesma coisa (Geração II: acima de 50 anos)

HI6L2: Eles **pegaro** e atravessaram pra esse lado (Geração I: 18-30 anos)

Outra explicação seria o fato de os indígenas jovens, sobretudo homens, estarem em contato direto com o português local falado no Oiapoque, seja para venda de suas mercadorias (farinha, açaí, tucupi, peixe etc.), seja para trabalhar em setores públicos e privados da cidade, o que implica o uso do português mais normativo em situações formais como no espaço profissional.

É importante ressaltar que o resultado apresentado acima não está totalmente delineado, ainda é preciso cruzar estes dados com outras variáveis, como, sexo e

escolaridade, para confirmar nossa hipótese e, assim, oferecer uma descrição precisa sobre o comportamento dessa variável em relação a não concordância verbal no português falado pelos Karipuna.

Tabela 3 - Não marcação de CV – português L1 e L2

	Português L1	Português L2
Não marcação de CV	48% (41/86)	52% (45/86)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A última variável extralinguística analisada foi o português como L1 e L2. Os dados na tabela 3 mostram que a não marcação de concordância verbal ocorreu com 48% (41/86) na fala de indígenas que possuem o português como L1 e 52% (45/86) na fala indígenas que possuem o português como L2.

Esse resultado indica que tanto os falantes indígenas de português L1 como os de português L2 compartilham condicionamentos comuns para a realização da não marcação de 3PP em verbos; e esses condicionantes podem estar operando tanto na L1 como na L2, em que os indígenas estão expostos, como nos exemplos a seguir:

MIL2: Só que eles **viro** a cobra (Português L2)

HIL1: Era primeiro eles que **abririo** a aldeia aqui (Português L1)

Vale mencionar que esse resultado converge com os de Calazans (2018), que investigou a concordância verbal na variedade do Português e do Guarani. A autora constatou que as mesmas forças que atuam na variação da concordância verbal no PB com falantes nativos regulam a variedade da língua portuguesa em processo de aquisição pelos Guarani. Esse quadro se repete na fala dos colaboradores desta pesquisa, visto que os condicionantes (linguísticos e extralinguísticos) que favorecem a não realização da concordância verbal em falantes de português como L1 também tendem a condicionar a variedade em aquisição dos indígenas Karipuna, isto é, os falantes de português como L2.

Variáveis linguísticas

Para análise das variáveis linguísticas, consideramos a saliência fônica, o tempo verbal, o paralelismo oracional e a posição do sujeito. No que tange à saliência fônica, investigamos os verbos menos salientes como o verbo **falar**: ela fala / elas falam; e em verbos mais salientes como o verbo **sair**: ele saiu / eles saíram.

Em nossa análise identificamos que 13% (12/89) das realizações de não concordância verbal ocorreu em verbos menos salientes (fala/falam, fica/ficam etc.) e 87% (77/89) em verbos mais salientes (ficou/ficavo, saiu/saíro etc.).

Tabela 4 - Não marcação de CV – saliência fônica

	Verbos mais salientes	Verbos menos salientes
Não marcação de CV	87% (77/89)	13% (12/89)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses dados mostram que as formas mais salientes tendem a registrar altos índices de não concordância verbal, divergindo, portanto, dos resultados evidenciados em estudos sobre o português L1 (SCHERRE, 1996; 2007; BRANDÃO; VIEIRA, 2012) em que a saliência fônica se mostra favorecedora de marcação de CV. Vejamos alguns exemplos do português indígena Karipuna em que a saliência fônica se destaca:

HIL1: Os nossos antepassados **fala** (verbo menos saliente)

HIIIL2: Eles **diz** que aqui era nossa aldeia (verbo mais saliente)

HIL2: Elas **foro** olhar lá (verbo menos saliente)

MIIIL1: Porque eles **falo** que aqui, nesse rio daqui né, existe uma cobra grande (verbo menos saliente)

O tempo verbal é considerado uma variável linguística que está diretamente ligado à saliência fônica. Em nosso estudo foram considerados três tempos verbais, presente do indicativo, pretérito do indicativo e futuro. A presença destes justifica-se pela natureza do *corpus* selecionado que trata de narrativas orais direcionadas, em sua maioria, ao tempo passado. As narrativas dizem respeito às histórias e aos fatos que aconteceram com os indígenas ou foram presenciadas/vivenciadas por eles.

Tabela 5 - Não marcação de CV – tempo verbal

	Pretérito do indicativo	Presente do indicativo	Futuro do indicativo
Não marcação de CV	90% (78/87)	8% (7/87)	2% (2/87)

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo a tabela 5, o tempo verbal em que mais ocorreu a não concordância verbal foi o pretérito do indicativo com 90% (78/87) de registro, seguido do presente do indicativo com 8% (7/87) e, por último, o futuro do indicativo com 2% (2/87) de emprego. Apesar de alguns autores apontarem que a não concordância verbal tende a ocorrer em sentenças com tempo verbal no presente do indicativo, nossa pesquisa evidencia que a predominância desse fenômeno ocorre com maior índice no pretérito do indicativo como nos exemplos abaixo:

MIIIL2: Só **veio** três família (pretérito do indicativo)

MIL1: Os alimentos **era** de fartura (pretérito do indicativo)

MIL2: Eles **pensava** que fosse um barco (pretérito do indicativo)

Em relação ao fator linguístico paralelismo oracional, os estudos para o português L1 têm mostrado que sujeitos com marcas explícitas de plural tendem a condicionar a presença de marcas explícitas nos verbos; e sujeitos sem marcas explícitas de plural tendem a condicionar a não concordância verbal (SCHERRE, 1998; VIEIRA, 2018).

Tabela 6 - Não marcação de CV – paralelismo oracional

	Sujeito com marcas explícitas de plural	sujeito com ausência de marcas explícitas de plural
Não marcação de CV	8% (40/84)	52% (44/84)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em nossos dados, observamos duas variantes linguísticas concorrendo: sentenças com sujeito com marcas explícitas de plural que obteve 48% (40/84) de ocorrência e sentenças com sujeito com ausência de marcas explícitas de plural com índice de 52% (44/84) de realização. Abaixo seguem alguns exemplos de sentenças que apresentam não concordância verbal conforme o paralelismo oracional.

MIL1: E se eles **fico** lá **tinho** sido devorado pelo bicho (sujeitos com marcas explícitas de plural)

HIL1: Eles **faz** textos (sujeitos com marcas explícitas de plural)

HIL2: lam caçar e não **voltava** mais (sujeitos sem marcas explícitas de plural)

HILL1: Os cachorro **ficava** latindo (sujeitos sem marcas explícitas de plural)

Com isso, os resultados apontam uma pequena diferença entre as duas variantes, com leve tendência para ocorrência de sujeitos com ausência de marcas explícitas de plural. No entanto, com base nesses dados, não é possível afirmar, aqui, que o paralelismo oracional seja um fator condicionante a não concordância verbal. Uma vez que, no português indígena Karipuna, os colaboradores tendem a não marcar os verbos, seja na presença de sujeitos com marcas explícitas de plural, seja na presença de sujeitos sem marcas explícitas de plural.

A última variável linguística investigada foi a posição do sujeito em relação ao verbo. Segundo Vieira (2018), o sujeito anteposto e próximo ao verbo tende a favorecer a realização da concordância verbal e o sujeito posposto distante do verbo tende a favorecer a não marcação de CV. Em nossa pesquisa, verificamos a posição do sujeito, e constatamos a presença de cinco condicionantes: (i) sujeito anteposto ao verbo sem elemento, (ii) sujeito anteposto ao verbo com até dois elementos, (iii) sujeito anteposto ao verbo com mais de dois elementos, (iv) sujeito posposto ao verbo com até dois elementos e (v) sujeito implícito marcado na desinência verbal.

Tabela 7 - Não marcação de CV – posição do sujeito

Posição do sujeito em relação ao verbo	Frequência/ocorrência
sujeito anteposto ao verbo sem elemento	48% (43/90)
sujeito anteposto ao verbo com até dois elementos	7% (6/90)
sujeito anteposto ao verbo com mais de dois elementos	4% (4/90)
sujeito posposto ao verbo com até dois elementos	2% (2/90)
sujeito implícito marcado na desinência verbal	39% (35/90)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, os dados da tabela 7 mostram que a não marcação de CV no português Karipuna ocorreu com 48% (43/90) de registro em sentenças em que o sujeito está anteposto ao verbo sem elemento; em seguida, temos 39% (35/90) de uso em sentenças em que o sujeito está implicitamente marcado na desinência verbal; 7% (6/90) para sentenças em que o sujeito está anteposto ao verbo com até dois elementos; 4% (4/90) para sentenças em que o sujeito está anteposto ao verbo com mais de dois elementos e 2% (2/90) para sentenças em que o sujeito está posposto ao verbo com até dois elementos. Para ilustrar a não concordância verbal conforme a posição do sujeito, seguem os exemplos abaixo.

HILL1: Eles **fizero** uma aposta (sujeito anteposto ao verbo sem elemento)
HILL1: **Embarcaro** e nem **olharo** pra trás (sujeito implícito marcado na desinência verbal)

MIL1: Os nossos antepassados **fala** que foram os primeiros (sujeito anteposto ao verbo com até dois elementos)

MILL2: Só **veio** três família (sujeito posposto ao verbo com até dois elementos)

HIL2: lam caçar e não **voltava** mais (sujeito anteposto ao verbo com mais de dois elementos)

Em relação aos resultados acima, observamos uma diferença significativa no que concerne à posição do sujeito, pois o sujeito anteposto parece estar condicionando a não concordância verbal de forma expressiva, quando comparado ao sujeito posposto. Outro condicionante que se destacou foi o sujeito implícito marcado na desinência verbal (*fizero, correrro, falaro* etc.). Esses resultados divergem, em boa parte, dos resultados já apresentados para essa variável em outras pesquisas, como nos estudos de Vieira (1997), Naro e Scherre (1997) e Monguilhott (2001), em relação ao português L1.

4 Considerações finais

Este artigo apresentou a não marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português falado por indígenas do povo Karipuna do Amapá. A pesquisa buscou entender qual seria a regra de uso de CV quando se trata do português indígena. Com base nessa problemática, e nos resultados apresentados aqui, corroboramos com Maher (1996) quando afirma não ser possível falar de uma regra geral e comum à estrutura do português indígena e sim de regras de uso do português falado em comunidades indígenas específicas como o português Apurinã, o português Kaxinawá, o português Shawãdawa etc. Assim, nossos resultados mostram que, em relação ao aspecto extralinguístico, a não marcação da concordância verbal apresentou maior índice de ocorrência na fala de indígenas homens (54%), indígenas da geração II (acima de 50 anos) (63%) e indígenas que possuem o português como L2 (52%). Esse último resultado está condicionado à faixa etária, no caso da geração II, e ao fator linguístico saliência fônica, em verbos mais salientes.

Em relação ao aspecto linguístico, houve maior número de ocorrência em verbos mais salientes (87%), verbos no pretérito do indicativo (90%), na presença de sujeitos sem marcas explícitas de plural (52%) e em sentenças em que o sujeito está anteposto ao verbo sem elemento (48%).

Com isso, esta pesquisa fornece resultados similares aos estudos já realizados sobre o português vernacular e também resultados divergentes, mostrando que o comportamento da concordância verbal no português indígena, sobretudo no português Karipuna, tem se diferenciado de alguns aspectos linguísticos do português vernacular falado em áreas urbanas, a exemplo, citamos a posição do sujeito em relação ao verbo, em que estudos mostram que a não concordância verbal tende a acontecer quando sujeito está posposto ao verbo, no entanto, nosso estudo mostrou que o maior índice de não CV ocorreu em sentença em que o sujeito está anteposto ao verbo. Podemos citar também a saliência fônica, uma vez que os estudos sobre o português como L1 mostram que as formas mais salientes tendem a registrar altos índices de concordância verbal, já em nossos dados, os resultados mostram que as formas verbais mais salientes também tendem a possuir altos índices de não concordância verbal.

Ressaltamos que, para realização desse estudo, nos deparamos com algumas limitações, como o não uso de programas estatísticos, comumente utilizados pela Sociolinguística Variacionista, para a quantificação das variáveis e variantes linguísticas e extralinguísticas. Isso se deu em decorrência do baixo número de ocorrências obtido no *corpus* coletado, o que impossibilitou a utilização de programas como Goldvarb, Varbrul ou Programa R. Ressaltamos que há a pretensão de, em breve, realizarmos a ampliação desses dados sobre o português indígena Karipuna, a fim de que possamos efetuar análise necessária às variáveis para confirmar ou refutar os resultados aqui encontrados.

Por fim, acreditamos que, em geral, este estudo traz uma contribuição inédita para a área, haja vista que é pioneiro no tocante à descrição de um fenômeno de caráter morfossintático falado por indígenas que ora empregam o PB como L1, ora como L2, o que colabora não só para a ampliação do acervo de trabalhos sociolinguísticos, como também evidencia o panorama do referido fenômeno, relativo ao português indígena falado no Amapá e no Brasil.

Referências

- BAXTER, A. Concordância verbal. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (Orgs). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 317-337.
- BENFICA, S. de A. **A concordância verbal na fala de Vitória**. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória – ES, 2016.
- BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (Orgs.). **Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **The urbanization of rural dialect speakers**. A sociolinguistic study in Brazil. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012.
- CALAZANS, P. C. **A marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português de contato dos Guarani do Espírito Santo**. 2018. 167f. Tese (Doutorado) UFRJ, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro – RJ, 2018.
- CHRISTINO, B.; LIMA, M. de. Concordância verbal e nominal na escrita em Português-Kaingang. **Revista PAPIA**, v. 22, n. 2, p. 415-428, 2012.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- GRACIOSA, D. **Concordância verbal na fala culta carioca**. 1991. 118 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências Básicas do Português**. Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1977.

LUCCHESI, D; BAXTER, A; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

LUCCHESI, D. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador-BA, n. 52, ago-dez, p. 166-204, 2015.

MAHER, T. de J. M. **Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade**. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas - UNICAMP, 1996.

MONGUILHOTT, I. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

NARO, A. The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language**, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

PAIVA, M. da C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33-42.

RUBIO, C. F. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e no português europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SANCHES, R. Bilinguismo entre os Karipuna do Amapá numa perspectiva geolinguística. In: OLIVEIRA, E. dos S.; VASCONCELOS, E. A.; SANCHES, R. (Org.). **Estudos Linguísticos na Amazônia**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 37-61.

SANCHES, R. **Microatlas linguístico (português-kheuól) da área indígena dos Karipuna do Amapá**. 2020. 247f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará (Programação de Pós-Graduação em Letras), Belém-PA, 2020.

SCHERRE, M. Paralelismo linguístico. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.

SCHERRE, M.; NARO, A. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SCHERRE, M. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal em português. In: SCHERRE, M.; SILVA, G. (Orgs.). **Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 239-64.

SCHERRE, M.; NARO, A. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 93-114.

SCHERRE, M.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística** (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza). Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 509-523.

SCHERRE, M.; NARO, A. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. **Revista SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 107-129, 2006.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro. **DELTA**, São Paulo, v. 23, n. esp., p. 283-317, 2007.

SCHERRE, M.; NARO, A. Perceptual vs. Grammatical Constraints and Social Factors in Subject-Verb Agreement in Brazilian Portuguese. **Penn Working Papers in Linguistics**, Pennsylvania, v. 16, n. 2, p. 165-171, 2010.

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia**. 2005. 323f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

VIDAL, L; GIANNINI, I. V. **Estudo etnoecológico nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã**. Relatório Preliminar, 2005.

VIEIRA, S. **Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense**. 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, S. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. **Graphos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 115-134, 1997.

VIEIRA, S. Concordância Verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 85-102.

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L. Z.; SILVA, K. Q. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala de Panambi e Porto Alegre. **Revista Organon**, Porto Alegre, v.14, n. 29, p. 195-219, 2000.



Verbal non concordance of the 3rd plural person in indigenous portuguese spoken by the Karipuna of Amapá

ABSTRACT:

The article presents the verbal non agreement of the 3rd person plural in Portuguese spoken by indigenous people of the Karipuna people of Amapá. It is a variationist research, based on the sociolinguistic studies of Brazilian Portuguese (GRACIOSA, 1991; SCHERRE; NARO, 1997; BORTONIRICARDO, 2008; VIEIRA, 2018 etc.). The research methodology follows the assumptions of Laboviana Sociolinguistics, controlling linguistic variables (phonic salience, orational parallelism, subject position, and verbal tense) and extralinguistics (sex, age group and Portuguese used as L1 or L2). The analysis corpus consists of 30 short oral narratives. Regarding the extralinguistic aspect, the results show that the non-marking of verbal concordance presented a higher index in the speech of indigenous men, in indigenous people over 50 years old and in the speech of indigenous people who have Portuguese as L2. Regarding the linguistic aspect, there was a higher index in less prominent verbs, in verbs in the past tense of the indicative, in the presence of subjects without explicit plural marks and in sentences in which the subject is placed before the verb without element.

KEYWORDS:

Verbal concordance;
Indigenous Portuguese;
Karipuna of Amapá.